

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 2

Julho/Dezembro 2014

Rio de Janeiro

ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 2	p. 289-617	Jul/Dez 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

A vigência da luta de classes e a construção de um Serviço Social Crítico na América Latina

Juan Pablo S. Tapiro

RESUMO

Neste artigo pretende-se demonstrar a necessidade e a importância de refletir sobre a relação entre a luta de classes e o Serviço Social na América Latina. Partindo do reconhecimento da vigência e centralidade da luta de classes nas lutas sociais em geral; propõe-se retomar a herança teórico-política e metodológica de Marx; base sobre a qual se propõe continuar na construção de um Serviço Social Crítico na América Latina, sendo preciso retomar debates e desafios históricos da profissão, colocados inclusive desde o Movimento de Reconceitualização; em uma aposta por assumir a contribuição profissional aos processos de lutas de classes reconhecendo as suas possibilidades e limites.

PALAVRAS-CHAVE

Luta de classes.
Serviço Social Crítico
América Latina

Recebido em 05/01/15.
Aprovado em 14/03/15.

The validity of class warfare and the assembly of a critical Social Work in Latin America

In this article we intend to demonstrate the need and the importance of reflecting on the relationship between class struggle and Social Work in Latin America. Starting from the recognition of the validity and centrality of class struggle in the social struggles in general; it is proposed to resume the political and methodological-theoretical heritage of Marx; basis on which it intends to continue the construction of a Critical Social Work in Latin America, what makes it necessary to resume historical debates and challenges of the profession, placed even since the Reconceptualization Movement; on a bet by taking the professional contribution to the processes of class struggles recognizing its possibilities and limits.

KEYWORDS Class struggle. Critical Social Work. Latin America.

Introdução¹

A aposta por um Serviço Social Crítico na América Latina não é nova, apresentou-se de diversas formas ao longo da história profissional, com particularidades em cada país, mediada pelos processos sociais e pela luta de classes nos mesmos. Esta aposta foi retomada por alguns setores profissionais dentro do Movimento de Reconceituação e em diversos processos de *intención de ruptura* por todo o continente.

Entendemos que a possibilidade de avançar concretamente na aposta por um Serviço Social Crítico passa por processos de profunda reflexão sobre a profissão, pela organização e mobilização dos setores profissionais que estejam dispostos a assumir uma renovação profissional, que posicione o Serviço Social diante das necessidades e demandas das classes trabalhadoras, em uma perspectiva de direitos humanos; entendendo as possibilidades e limites da profissão para contribuir tanto em processos de organização, formação e mobilização destas classes, como na garantia de direitos através de políticas sociais.

No entanto, a materialidade desta aposta só é possível a partir dos processos de lutas de classes em cada país e na região continental; ou seja, em momentos de profundo conservadorismo e reacionarismo social, dificilmente propostas desse tipo poderão avançar; mas em momentos de ascensão das lutas sociais e de classe, esses debates, sempre oportunos, conseguem um maior eco entre os setores profissionais que estariam dispostos a participar de debates e desafios, assumindo um processo de renovação

1 Para a elaboração deste artigo tomamos como base o trabalho intitulado: “*Posibilidades de Trabajo Social para aportar a las luchas de clases en América Latina*”, apresentado no 3er. Congreso Latinoamericano de Trabajo Social Crítico, realizado na cidade de Cali, Colômbia, em novembro de 2014, assim como as conferências apresentadas em 2011 no Peru no IX Coloquio Internacional de Estudiantes de Trabajo Social, realizado na Universidad Nacional del Altiplano em Puno, e no V Congreso Nacional de Estudiantes e III Encuentro Internacional de Trabajo Social, realizado na Universidad Mayor de San Marcos, em Lima.

crítica para superar o conservadorismo profissional. Isto implica no reconhecimento de diferenças e na construção plural de projetos ético-políticos profissionais, em cada país, que direcionem dita renovação.

Mas, antes de começar a pensar a profissão e sua relação com a luta de classes, parece-nos necessário argumentar a vigência e centralidade da luta de classes nas lutas sociais, dado que atualmente diversas perspectivas teóricas e políticas propõem o esgotamento ou insignificância da mesma, o que nos faz colocar algumas problematizações.

Posteriormente, proporemos a necessidade de debater com respeito à contribuição do Serviço Social na luta de classes, para o qual destacamos a importância de retomar a herança teórico-política e metodológica de Marx para entender não só a realidade, senão também a profissão. Assim, destacamos alguns debates e desafios que têm estado presentes a partir do processo de Reconceituação nas décadas de 1960 e 1970, processo que devemos conhecer com profundidade para retomarmos os acertos e superarmos os limites e erros (que este artigo não abarca) na construção de um Serviço Social Crítico. Finalmente, explicitaremos três eixos de reflexão com respeito à contribuição que a profissão pode dar à luta de classes nos nossos países na América Latina.

Não pretendemos esgotar aqui nenhum debate, pelo contrário, como viemos fazendo de maneira coletiva e individual, propomos pautar uma reflexão sistemática que nos possibilite entender melhor nossa profissão mediada pelas contradições sociais; e também contribuir nos processos de lutas de classes, sem confundir o exercício profissional e a organização da categoria, com a militância política.

*“Sigue abriendo en los caminos,
El surco de tu destino
La alegría de sembrar
No te la pueden quitar”.*

Víctor Jara

Vigência e centralidade da luta de classes nas lutas sociais

São diversas as expressões das lutas sociais encontradas na América Latina e no mundo, todas respondendo a formas de dominação que precisam ser superadas no caminho da emancipação humana.

Qualquer que seja o processo de dominação: étnica, de gênero, geracional, religiosa, cultural, de classe, ou de qualquer outro tipo; é importante analisar socio-historicamente suas causas, conteúdos, formas de expressão e instrumentos (políticos, sociais, econômicos); entendendo que a partir dessas análises poderemos projetar estratégias, táticas e formas de luta em diversas dimensões da vida social, com o objetivo de superar ditos processos de dominação.

Isto é, a aposta pela emancipação humana nos exige assumir a luta pela superação de todas as formas de dominação que a impedem. Todas são importantes e devem ser enfrentadas através da *práxis* (reflexão-ação) individual-coletiva, cotidiana, organizada, social e política.

Isto se expressa nas diversas reivindicações e lutas sociais que encontramos. Esquemáticamente, e só a título de exemplo, poderíamos destacar as lutas salariais e por melhores condições de trabalho, que foi a luta econômica mobilizada principalmente por sindicatos a partir de meados do século XIX; assim como as lutas de reconhecimento sociocultural, de gênero, étnicas, geracionais, entre outras, nas quais encontramos diversos movimentos sociais, especialmente desde a década de 1960; e as lutas por reforma ou transformação política, seja através de partidos ou movimentos políticos, alguns destes alçados em armas.

Alguns autores têm proposto a insuficiência, ou inclusive obsolescência, dos sindicatos e partidos políticos, destacando que na atualidade a forma de organização para a luta social deve se dar através dos denominados “Novos Movimentos Sociais”. Propõem que os sindicatos e partidos estão reduzidos à luta econômica e política, deixando de lado diversas formas de dominação social (também políticas), as quais se reproduzem no interior dessas organizações, que seriam verticais, patriarcais, racistas, etc.

A respeito, propomos algumas problematizações. A necessária maior visibilidade e aprofundamento das lutas socioculturais não são antagônicos com as lutas econômicas e políticas, sendo estas parte de uma totalidade na luta pela superação de todas as formas de dominação.

O fato de que historicamente a reprodução de formas de dominação no interior de sindicatos e partidos políticos de esquerda tenha sido permanente, não significa que não tenha havido lutas internas por sua superação.

Já na segunda década do século XX Alexandra Kollontai, uma destacada dirigente da Revolução Russa, propunha diversas reflexões, ainda hoje vigentes, sobre as relações de amor-camaradagem, maternidade, participação da mulher, entre outras; demonstrando que a possibilidade de superação da forma de relação política-social-afetiva estava diretamente relacionada com a forma de organização econômico-política. José Carlos Mariategui, um dos fundadores do Partido Comunista (Partido Socialista originalmente) no Peru, e um dos principais expoentes do marxismo na América Latina, propunha a necessidade de se entender o modo de produção capitalista na particularidade desta região, o que implica entender que a luta de classes e o sujeito histórico revolucionário se constitui com mediações diferentes das da Europa. Isto nos exige, ainda hoje, em vários países da região, pensar sobre como camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes, entre outros sujeitos, são parte fundamental em uma luta revolucionária.

Não pretendemos ocultar que historicamente práticas e concepções machistas, racistas e autoritárias foram reproduzidas no interior de sindicatos e partidos de esquerda, inclusive porque estas organizações e os sujeitos que as conformam também são produto da sociedade burguesa, fazendo parte da reprodução dessa sociabilidade dominante. Porém, propomos reconhecer que já dentro destas mesmas organizações, debates e lutas internas para assumir e enfrentar ditas práticas e concepções foram levadas a cabo.

Também não pretendemos minimizar a importância da organização de mulheres, indígenas, comunidades afrodescendentes, jovens, entre outras, que têm conseguido problematizar teórica e praticamente estas formas de dominação. Reconhecemos que os movimentos sociais têm sido fundamentais para isto e que têm um grande potencial de organização e luta social; mas em si mesmos são movimentos de reivindicação limitados às suas apostas setoriais, que ao se proporem em uma perspectiva transformadora, de uma nova sociabilidade, sem machismo, racismo, autoritarismo, isto é, sem nenhuma forma de dominação, precisam se articular e construir conjuntamente. Não somente a partir da sua demanda particular, senão que de uma aposta política coletiva, para a qual é necessário um instrumento de organização diferente, seja partido ou movimento político, para a tomada do poder.

Isto nos leva a outras problematizações. Segundo aqueles que defendem a perspectiva dos “Novos Movimentos Sociais”, pensar a tomada do poder já não seria necessário, pois o poder está espalhado em todas as

relações sociais. Portanto, trata-se de realizar rupturas na cotidianidade e nos âmbitos micros da vida social. Em suas análises, a tomada do poder implicaria assumir a dominação de uns sobre outros e, assim, de reproduzir o que se pretende superar.

Aqui se apresenta um falso dilema, que tem como consequência uma resposta que consideramos equivocada. Certamente é necessário reconhecer as contradições cotidianas, questionar as nossas formas de relacionamento carregadas de dominação, portanto, assumir que sim há relações de poder em todos os âmbitos da vida social. Mas, a partir daí é um erro ter como conclusão a não necessidade ou até a impertinência da tomada do poder do Estado; propondo por um lado a luta nas periferias e a construção de sociedades alternativas à margem da sociedade burguesa capitalista, e/ou por outro lado, mantendo só lutas reivindicatórias para atingir a ampliação de direitos sociais.

O ato de reivindicar sempre implica em demandar algo de outro que é autoridade ou que tem o poder; por isso, a reivindicação, que é necessária como parte da luta social e de classes, é insuficiente para aqueles que se propõem transformações sociais estruturais, que não somente reivindicam senão que constroem ditas alternativas; mas, é uma ilusão pretender sociedades autônomas e à margem do modo de produção, da sociabilidade e do Estado burgueses.

O modo de produção capitalista organiza não só as relações econômicas senão também as sociais e políticas; é uma totalidade que precisamos apreender como tal para poder combatê-la. Seu núcleo está na propriedade privada dos meios de produção e na exploração, base sobre a qual se produz mais-valia, objetivo do capital; para o qual, fez-se necessário cada vez maiores níveis de exploração, expansão mundial do capital e subordinação de toda forma de produção a este, e mercantilização de todas as relações e necessidades da humanidade, do ser social.

A possibilidade de romper com as condições que permitem esse modo de produção e reprodução da vida social, e suas consequências econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais, etc., exige-nos assumir a centralidade da luta de classes; o fim da propriedade privada dos meios de produção e da exploração são as bases para que produzamos para satisfazer as necessidades sociais, nas quais o sentido do desenvolvimento tecnológico seja brindar melhores condições de vida em geral - não para interesses par-

ticularistas -, enfim, para uma nova forma de organização social que nos possibilite cultivar novos valores no horizonte da emancipação humana.

Esse processo implica em uma transição, o socialismo, na qual realmente poderemos (potencialmente) construir as bases para superar todas as formas de dominação. Por isso, a tomada do poder é ainda necessária, não no sentido da reprodução da dominação do Estado burguês, senão na concretização de um Estado dos trabalhadores, que efetivamente exercerá uma dominação sobre as classes que serão contrárias e que pretenderão evitar, por todas as vias, a continuidade dessa transição. Contudo, a base desse poder não será uma minoria privilegiada senão a maioria de produtores-trabalhadores organizados.

Enquanto a propriedade privada dos meios de produção não for atingida, o liberalismo burguês pode aceitar, assimilar e incorporar, até certo ponto, as reivindicações sociais de reconhecimento e integração. Pode, inclusive, muitas vezes, instrumentalizá-las para a criação de novos mercados.

As lutas por direitos, sejam econômicos, políticos e/ou sociais, são muito importantes para melhorar as condições de vida na sociedade capitalista na qual vivemos; inclusive como tática de luta social e de classes. Porém, para ir à raiz da superação desta forma de vida, precisamos assumir a luta de classes como luta política e a estratégia é o socialismo, no qual não teremos a garantia de superação de todas as formas de dominação, mas que nos brinda novas possibilidades, inexistentes e inviáveis no modo de produção capitalista. Desta maneira, nos dá continuidade ao projeto moderno da emancipação humana².

A estratégia socialista implica em um desenvolvimento das forças produtivas sob o comando dos trabalhadores e não do capital, para garantir a satisfação das necessidades de toda a população mundial. Entendemos

2 Na nossa compreensão, o projeto moderno contém a promessa da libertação do ser social por meio da razão, e isto é vigente. Só que dita libertação não se reduz à igualdade perante a lei, nem à liberdade oferecida pela revolução burguesa (que consideramos ter sido um avanço em seu momento histórico com respeito à ordem feudal); nem a razão se limita a uma expressão formal do controle objetivo e técnico de dados. A libertação é a emancipação humana, onde nenhum homem e/ou mulher é explorado, oprimido, dominado; e, portanto, pode exercer sua liberdade. E para isto, a razão dialética (como apreensão das múltiplas determinações da vida social) é a que contém o caráter e o potencial emancipatório. Assim, o projeto moderno também contém o horizonte socialista/comunista.

ser necessária a crítica radical do que foi a experiência do denominado “socialismo real” da União Soviética e também as outras experiências de transição socialista; reconhecer seus erros e aprender destes será chave para não repeti-los. No entanto, esta crítica deve ser feita de maneira contextualizada, e não somente a partir de um ideal ético do que deveria ser. Além disso, suas conquistas e acertos sociais, econômicos e políticos também devem ser reconhecidos e retomados.

Os erros fazem parte da história do socialismo. Sempre existiram dentro do próprio movimento revolucionário posições e propostas críticas e alternativas, que evidenciavam ditos erros. Este não tem sido um movimento homogêneo, e o falido destas experiências não invalida a aposta pela construção do socialismo, como estratégia para o comunismo. Mas, para demonstrar isto é necessário um balanço que ao reconhecer os limites também mostre os logros.

Pensando sobre a América Latina, os processos organizativos e de lutas nos quais foi possível forjar uma consciência de classe e assumir uma perspectiva revolucionária, foram, em sua maioria, truncados pela violência sistemática e pelos processos de extermínio - algumas em francas e abertas ditaduras, outros sob roupagens democráticas, mas que podem ser inclusive mais brutais que as próprias ditaduras -. Além disso, limites e erros táticos e estratégicos do processo do “socialismo real” impactaram diretamente as organizações políticas e sociais da classe trabalhadora no capitalismo.

Uma última problematização que propomos é com respeito às diversas hipóteses sobre o *fim do trabalho*, as quais não somente são apresentadas pelas correntes teóricas e políticas reacionárias e neoconservadoras, senão também por setores de pensamento de esquerda. Essas hipóteses têm sido amplamente respondidas por diversos autores que se mantêm dentro da tradição marxista³.

Consideramos que como tendência histórica, real e concreta, o *fim do trabalho* na sociedade capitalista é irrealizável, porque este modo de produção não é viável sem a exploração, portanto, sem trabalho vivo⁴. Na pers-

3 Ver Antunes (2001), Boron (2009), Iasi (2009, 2011), Petras e Veltmeyer (2009).

4 Encontramos várias obras nas quais Marx faz referência à relação capital-trabalho assalariado (“Trabalho assalariado e capital”, “Manifesto do Partido Comunista”, “Salário, preço e lucro” e “O Capital”, entre outras). Nelas demonstra que a exploração do trabalho vivo é uma condição necessária para a existência do capital. Por sua vez, Mandel

pectiva do capital, o que fica é o aprofundamento da barbárie, com uma maior concentração e centralização do capital, aumento do desemprego (que na contemporaneidade é estrutural), o que significa mais trabalhadores desapropriados de seus meios de vida e forçados à miséria; para os quais a resposta são migalhas (que possibilitam a realização de parte do capital), a crescente militarização da vida cotidiana e a criminalização da pobreza.

A não realização do *fim do trabalho*, pela impossibilidade do capital de continuar sem a exploração do trabalho vivo, não implica em que não possam existir avanços nessa tendência. No entanto, geralmente esse processo é apresentado como se o capital efetivamente estivesse se aproximando ao dito *fim do trabalho*. E neste percurso, supostamente, o trabalho vivo quase se extinguiria do processo de produção, tendendo, assim, ao fim da exploração com a quase extinção da classe trabalhadora como tal.

Isto nos coloca novamente face às alternativas de superação do capitalismo, que por suas contradições internas não poderá seguir existindo. No entanto, a barbárie à qual nos submete implica uma tendência não só ao fim do capitalismo, senão da humanidade (ou pelo menos de como a conhecemos até agora, sofrendo graves consequências em termos de mortes, doenças, destruição do meio ambiente, meios de vida, etc) e de outros seres vivos.

Portanto, é necessário construir uma alternativa que retome a crítica da economia política, iniciada por Marx, a partir de uma perspectiva da classe trabalhadora, e que explicita que o capital produz tanto o sujeito como as condições para seu próprio fim e superação.

Então, o potencial sujeito coletivo revolucionário para dita alternativa seria a classe trabalhadora (não por voluntarismo, mas por sua condição objetiva de existência, que surge da contradição capital-trabalho). Esta, a partir das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, poderia realizar através da luta de classes (para a qual é necessária, e na qual se forja, a consciência de sua condição

(1982) ao retomar dados de diversos autores e o raciocínio de Marx (exposto em “O Capital” volume 3 e nos “Grundrisse”), evidencia que efetivamente haveria uma tendência para um processo de eliminação do trabalho vivo do processo de produção, cujo resultado seria o “*limite interior absoluto do modo de produção capitalista*”; no entanto, sua conclusão é que tal limite é inviável e irrealizável, e destaca as potencialidades da classe trabalhadora como fundamentais na construção de uma alternativa (ver Mandel 1982. Capítulo 5: “A natureza específica da terceira revolução tecnológica”).

de classe na estrutura do capital), a tomada do poder do Estado (isto é, destruir o Estado burguês e instaurar um Estado dos trabalhadores), com o objetivo de sentar as bases para uma nova sociedade sem classes, e portanto, sem Estado⁵.

Logo, para enfrentar o caminho da barbárie diante da crise do capital, é necessária uma força negadora deste, que surge da contradição imanente ao capital, que é o trabalho.

Em síntese, entendendo que a superação de uma forma de organização social não depende apenas da vontade dos sujeitos, mas também de condições objetivas - onde é central para um período de revolução social a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção-, é necessário para conseguir avançar nesse processo um sujeito coletivo, que tem um potencial objetivo, mas que depende de sua consciência e ação subjetiva. Esse sujeito é precisamente aquele que encarna a contradição base do capital, por isso, continua a ser a classe trabalhadora.

Portanto, propomos a pertinência e necessidade de se pensar a vigência da luta de classes, nos perguntando quem é a classe trabalhadora na contemporaneidade. Parece-nos que esse é um debate que deve ser aprofundado, já Engels na edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Co-

5 Sobre a classe trabalhadora como potencial sujeito revolucionário, consideramos que encontramos elementos ao longo da obra de Marx. Às vezes de maneira mais explícita, especialmente em textos políticos (além de obras da juventude, incluindo o “Manifesto do Partido Comunista” de 1848 - considerada por muitos intérpretes de Marx como ponto intermediário entre os textos da juventude e os que elaborou já quando sua crítica da economia política estava mais amadurecida. Também os encontramos nas obras “Salário, preço e lucro” de 1865, “Crítica ao Programa de Gotha” de 1875), ou em textos de análises de conjuntura. Outras vezes de maneira mais implícita, por exemplo no prefácio à primeira edição (1867) de “O Capital”, no qual Marx explicita que as pessoas representam categorias econômicas, e portanto simbolizam relações e interesses de classes. Essa ideia é retomada no início do capítulo 2, e destacada como um elemento ao longo de toda a pesquisa. No prefácio de 1871 e no escrito por Engels em 1886, amplia-se e explicita-se que a obra “O Capital” é uma contribuição para a classe trabalhadora enquanto potencial sujeito revolucionário em sua luta para abolir as classes sociais. Neste sentido, parece-nos que apesar de Marx não fazer o tempo todo em “O Capital” referência explícita à luta de classes, tem plena convicção de que sua contribuição teórica no entendimento da sociedade burguesa é realizada para que a classe trabalhadora possa ir à raiz das contradições dessa sociedade e lutar por sua superação. Mas, além disso, em nossa compreensão, cada vez que Marx faz referência à relação capital-trabalho, lucro-salário, desenvolvimento das forças produtivas-relações sociais de produção, entre outras categorias que perpassam toda a obra, está fazendo referência implícita às classes sociais.

munista, esclarece que por *proletários* entendia-se a classe dos modernos trabalhadores assalariados que não possuem os meios próprios de produção, dependendo da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Ou seja, a classe trabalhadora não se reduz àqueles que podem efetivamente vender sua força de trabalho - os que estão empregados -, senão a todos aqueles que não têm os meios de vida para viver, somente tendo sua força de trabalho (desde o cérebro, passando pelos músculos até suas mãos e unhas), que se não for vendida como mercadoria nesta sociedade capitalista, põe a sua própria possibilidade de vida em risco.

Porém, além disso, como o demonstra Iasi (2011), a conformação da classe não depende só de elementos objetivos-materiais, mas também de determinantes subjetivos em termos de consciência, e mais ainda de decisões de ações e lutas concretas.

Consideramos essa reflexão central, porque a contradição fundante capital-trabalho tem como base a propriedade ou não dos meios de produção da vida. Neste sentido, é possível pensar que todos os que não os têm fazem parte da classe dos desapropriados, a classe trabalhadora que não pode trabalhar e que deve lutar decididamente para recuperar esses meios e garantir a reprodução da vida de toda a humanidade, a partir de outra racionalidade que se opõe à capitalista, superando o trabalho assalariado.

Para isto, tanto atualmente como desde o século XIX, não basta ter uma explicação objetiva sobre a condição ou não de classe. É necessário um processo de consciência que lhe permita se identificar enquanto classe para conseguir unidade na luta e na construção de uma estratégia de superação do modo de produção capitalista.

Insistimos, não se trata de desconhecer outras contradições importantes na sociedade capitalista, nem de desconhecer que existem outras tradições culturais que têm tentado resistir ao capitalismo. Mas, este se expandiu de tal forma que todas as lutas e resistências devem confluir em apenas um processo, e atacar sua base medular que é a propriedade privada dos meios de produção e a exploração. Perder de vista esta centralidade nos levará a lutas isoladas, fragmentadas, autonomistas, às quais o capital poderá derrotar mais facilmente.

Para conseguir essa unidade é preciso que a classe trabalhadora se organize politicamente, já não somente a partir de reivindicações particulares,

porém de um projeto de sociedade, que é mundial, mas que se diferencia em suas formas de concretização, dadas as particularidades da região latinoamericana e de cada país.

É preciso entender o desenvolvimento particular do capitalismo nos nossos países, da conformação do Estado burguês, das classes sociais e suas lutas de resistência, libertação, e/ou revolução. Também, estudar os processos que ocorreram, triunfantes ou não, reformistas ou revolucionários, e aprender destes para analisar o momento atual, após mais de 25 anos de ofensiva neoliberal⁶, que hoje retoma força com iniciativas como a Aliança do Pacífico, porém nos quais também encontramos a incansável resistência de trabalhadores, camponeses, indígenas, estudantes, entre outros, em vários países e inclusive de alguns governos.

Essa é a base para a construção de alternativas, aprendendo das lições históricas dos processos da nossa América Latina. E é aqui que nos perguntamos sobre as contribuições que podemos fazer no Serviço Social.

A necessidade de recuperar no Serviço Social a herança teórico-política e metodológica de Marx

Esperamos ter instigado sobre a necessidade de estudar e analisar a luta de classes nos nossos países da América Latina, entendendo sua vigência e centralidade nas lutas sociais.

Com base nesse pressuposto, consideramos ser necessário conhecer com profundidade e nos apropriarmos da perspectiva crítica marxista, da dialética materialista como método para desvelar as múltiplas determinações da realidade social, conseguindo por meio de processos de abstração superar a forma fenomênica em que esta se revela em sua imediatez aparente; e entender a história da humanidade como produto das relações

6 Sempre é importante recordar que foi no Chile onde se viveu a primeira experiência sistemática de neoliberalismo, no marco da ditadura iniciada com o golpe militar em 1973, encabeçado por Augusto Pinochet, representante dos interesses do imperialismo estadunidense e da burguesia chilena. Contudo, na América Latina em geral, apesar de certas políticas que foram implementadas durante as décadas de 1970 e 1980, é com o denominado *Consenso de Washington* (1989), no qual se propõe a (contra-)reforma do Estado-nação, que são aplicadas medidas similares em toda a região continental, buscando liberar o mercado para a expansão imperialista, especialmente dos Estados Unidos (mas não somente). Assim, pretendia-se a assinatura da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

sociais que se vão estabelecendo em correspondência com o desenvolvimento das forças produtivas.

Isto é, essas relações sociais estão fundadas nas relações de produção, as relações em que o ser social se organiza historicamente para sua produção e reprodução (em termos materiais); por isso, é central a crítica da economia política, como base teórica para uma apreensão da totalidade da realidade, que possibilite, até nas análises mais singulares, desvelar as mediações particulares em relação com a universalidade do gênero humano em sua constituição como ser social.

A partir deste referencial teórico-metodológico, propomos pensar o Serviço Social, não como uma profissão autonomizada da realidade social, mas determinada em grande parte pela mesma; trata-se de, sem desconhecer a história própria do acumulado histórico-cultural dos debates desenvolvidos no interior da profissão, entender que o Serviço Social tem sua base material determinada nas contradições da sociedade de classes, o que exige a análise das ditas contradições, suas causas e suas expressões.

Isto significa, insistimos, entender a estrutura do modo de produção capitalista e suas mudanças ao longo da história; correspondentemente a conformação, consolidação e mudanças do Estado burguês, como instrumento de dominação político-econômico; as expressões da “questão social”, que são as consequências nefastas do dito modo de produção e dominação para as classes trabalhadoras; e as políticas sociais, em seu caráter contraditório, como respostas paliativas das classes exploradoras, e como avanço em direitos das reivindicações das classes exploradas, oprimidas e dominadas.

Entretanto, todas essas categorias, próprias da realidade na sociedade burguesa, expressam-se de maneira particular em cada região continental e em cada país (como Estado-nação, e inclusive com particularidades em suas sub-regiões), motivo pelo qual exigem a compreensão de ditas particularidades a partir da análise da luta de classes como categoria histórica central, para a manutenção da ordem social ou para sua transformação-superação.

Esta análise particular é o que possibilita por sua vez entender o surgimento, consolidação, desenvolvimento e atualidade do Serviço Social como profissão, que é funcional à reprodução da sociabilidade burguesa; embora em seu processo histórico tenha também desenvolvido correntes teórico-políticas que têm tentado ou se propuseram uma ruptura com

sua tradição conservadora⁷. Algumas delas encontraram saídas limitadas, seja por terem um referencial teórico-metodológico de fragmentação da realidade ou por um marcado ecletismo, ou por *uma invasão positivista no marxismo*⁸; e/ou um messianismo ou um romantismo que propõe a profissão como centro da transformação, confundindo o profissional com a luta política; e/ou que propõe lutas sociais às margens da sociedade (reproduzindo de maneira velada uma resignação em termos da impossibilidade de superar o capitalismo), pelo qual não haveria centralidade em entender o modo de produção, o Estado e nem as classes.

Conseqüentemente, entendemos o Serviço Social como uma profissão que surge como produto da própria luta de classes, e que está permanentemente determinada por esta⁹. Portanto, propomos a análise dos fundamentos sociohistóricos, teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, que sob uma perspectiva crítica marxista nos implica no estudo da mesma a partir dos processos e movimentos da sociedade e de suas contradições, assumindo uma perspectiva de classe, que se traduza em um projeto ético-político profissional, na aposta por contribuir com a luta pelo socialismo.

Isto não significa que pensemos que a partir do Serviço Social será realizada uma revolução socialista, nem que os assistentes sociais constituam uma vanguarda nesses processos. As revoluções são realizadas na luta de classes, e seus protagonistas são os homens e as mulheres explorados, oprimidos e dominados; é uma classe organizada que vai até suas últimas conseqüências para atacar as raízes dessa sociedade que pretende superar.

Porém, compete a partir do Serviço Social, e em geral das ciências sociais e humanas, pensar e assumir conseqüentemente como podemos enquanto profissionais contribuir com esses processos de luta de classes. Essa inquietude não é nova. O Serviço Social na América Latina, desde o Movimento de Reconceituação (desenvolvido em geral de 1965 a 1975 – com diferenças segundo os processos de cada país–), iniciou um processo denominado por alguns autores (Netto. 1994; Molina. 2009) como *inten-*

7 Referimos-nos ao acumulado histórico-cultural da profissão, que se consolida como uma tradição que no exercício profissional (e a correspondente formação profissional) aponta, conscientemente ou não, à reprodução material e ideológica da sociedade burguesa.

8 Expressão de Consuelo Quiroga na análise da Reconceituação no Brasil, mas que também dá conta do que foi, e tem sido, dito marxismo em quase toda América Latina.

9 Ver Iamamoto e Carvalho (1988); Netto (1997); Marinque (2011).

ção de ruptura, com respeito aos fundamentos sociohistóricos, teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão.

Esse foi um processo heterogêneo, que passou por diversos momentos buscando a referida ruptura, apontando para a superação do assistencialismo e da suposta neutralidade profissional. Inicialmente, apresentou-se como hegemônica uma concepção da profissão como *agente de mudança* dentro de propostas desenvolvimentistas. Posteriormente, fez-se hegemônica uma concepção “*revolucionária*”, que pretendia apontar para a transformação social (o que não implicou no desaparecimento de perspectivas conservadoras e reformistas). Esses momentos evidenciaram posições que foram predominantes em um debate plural que pretendia superar o Serviço Social tradicional.

Estes processos foram forjados em um momento de ascensão da luta de classes na região continental, destacando-se as insurreições armadas, inspiradas no triunfo da Revolução Cubana de 1959 e em um contexto generalizado de protestos e greves nos países de centro, inspiradas principalmente no que ficou conhecido como *Maião de 1968*, na rejeição à guerra do Vietnã, entre outros.

Porém, o referido Movimento foi contido, assim como outros processos nas ciências sociais, pela repressão generalizada na região continental, que buscava o extermínio de todo o pensamento crítico, e das organizações políticas e sociais de esquerda, especialmente a partir da implementação dos golpes ditatoriais de direita no Uruguai (27 de junho de 1973), Chile (11 de setembro de 1973), Argentina (24 de março de 1976), sendo que já estavam consolidados os golpes no Paraguai (1954) e Brasil (1964), - cabe apontar que também houve governos militares nas décadas de 1960 e 1970 na Bolívia, Peru e Equador.

Foi, portanto, um momento sumamente tenso e contraditório em termos sociopolíticos, o que claramente determinava, em grande parte, as possibilidades e limites de aprofundar um projeto de ruptura com o conservadorismo profissional.

Já na segunda metade da década de 1970, foram elaboradas duas perspectivas que criticaram o Movimento de Reconceituação. A primeira, uma crítica conservadora e tecnocrática, que acusou o referido movimento, que se pretendia transformador, de ser *acientífico* e ideologizado, desqualificando o marxismo por ser este supostamente a principal referência teóri-

ca desse movimento; a partir desta perspectiva se retomaram alguns dos referentes teórico-metodológicos clássicos, mas com algumas mudanças a começar de novas referências, muitas vezes pretendendo a incorporação de diversas teorias, o que dada a falta de rigor, terminou em apropriações ecléticas limitando ainda mais as análises da realidade, bem como o exercício profissional. Esta perspectiva ficou conhecida como *matriz modernizadora*.

Já a segunda foi uma crítica que a partir do reconhecimento dos limites, contradições e equívocos do Movimento de Reconceitualização, também reconhecia os avanços e a importância de manter o debate ético-político; e se propôs uma aproximação à tradição marxista nas suas fontes, devido às simplificadoras e reducionistas (muitas vezes manualescas) leituras da obra de Marx. Esta perspectiva ficou conhecida como *matriz crítica*.

Esse processo de *intenção de ruptura* tem continuado em alguns países, de diferentes maneiras, segundo as suas particularidades sociohistóricas, destacando-se especialmente o processo no Brasil¹⁰, e implica em uma aposta por uma renovação do Serviço Social, na apreensão sociohistórica da profissão, determinada em grande parte pelas contradições da sociedade capitalista, que se manifestam nas expressões da “questão social”, nos processos de lutas de classes e nas políticas sociais, como avanço em direitos, mas, também como paliativos para a regulação social.

Em consequência, essa renovação exige uma fundamentação teórico-metodológica, que possibilite e potencialize uma apreensão da realidade social, para conseguir um exercício profissional diferenciado do conservadorismo (a partir também de uma reflexão sobre a construção histórico-cultural da profissão), e consciente dos limites profissionais, a fim de contribuir, dentro de suas possibilidades, para os processos de formação política, organização e mobilização das classes trabalhadoras, bem como no planejamento, elaboração e implementação de políticas sociais com o objetivo de melhorar suas condições materiais de vida.

10 Processo esse cujo momento de maior avanço em sua reflexão coletiva, não por acaso, esteve atravessado pela ascensão das lutas sociais na década de 1980 e princípio da década de 1990, com importantes debates e acúmulos (plurais e heterogêneos) na construção de um projeto ético-político profissional, expressados em seu Código de Ética e no currículo mínimo de formação profissional, mantendo a hegemonia do pensamento crítico-marxista nas instâncias de direção acadêmica e da categoria, mas que por sua vez se encontrou com as contradições próprias da institucionalidade burguesa, agudizadas em tempos de neoliberalismo, de ofensiva do *pensamento pós-moderno* e de regressão nas lutas sociais.

Essa aposta de renovação se contrapõe no debate teórico-metodológico, ao que geralmente se coloca como sendo um debate meramente epistemológico (que se pergunta sobre um “objeto próprio” do Serviço Social, bem como teorias e metodologias próprias para um suposto *status* científico – o que evidencia uma regressão ao *metodologismo* da Reconceituação), ligada aos denominados “paradigmas” das ciências sociais, que recentemente vêm incorporando as perguntas e questionamentos propostos pelas denominadas *correntes pós-modernas*; os quais na realidade obedecem ao desenvolvimento do pensamento burguês, à correspondente fragmentação das ciências sociais, e suas tendências racionalistas formais ou irracionais.

É diante disto que propomos a retomada de uma perspectiva de totalidade inspirada em Marx, para pensar a renovação do Serviço Social na América Latina, superando as leituras simplificadoras e reducionistas que foram realizadas de sua herança, não só no período da Reconceituação, mas também novas simplificações e vulgarizações mecanicistas no atual contexto.

Debates e desafios profissionais para contribuir com os processos de luta de classes na construção de um Serviço Social Crítico

Interessa-nos aqui destacar alguns debates que, desde o Movimento de Reconceituação, têm marcado os desafios profissionais, e que ainda hoje têm plena vigência, não pretendendo esgotar os temas ou a complexidade dos mesmos, mas propondo uma agenda inicial para continuar avançando em debates que nos possibilitem, de maneira plural, seguir na construção de um Serviço Social Crítico na América Latina, pensando e, sobretudo, assumindo nossas possibilidades e limites na contribuição aos processos de lutas de classes.

- *O Serviço Social como profissão ou ciência/disciplina*: Historicamente esse debate tem sido proposto em diversos cenários; contemporaneamente em produções argentinas, colombianas, entre outras, propõe-se que é uma profissão em transição para ser uma ciência ou disciplina - cabe dizer que este debate leva a outro, o de se existe ou não uma área do conhecimento que seja própria do Serviço Social. Geralmente, coloca-se a necessidade de ser, ou buscar ser, disciplina, para conseguir ter um *status teórico próprio* e estar ao nível das *ciências sociais*, tais como sociologia, psicologia, antropologia, etc., o que implicaria na busca de um objeto de estudo (e/ou intervenção).

Isto evidencia a reprodução de uma perspectiva fragmentada da realidade, na qual cada *ciência* ou *disciplina* daria conta de uma parte da realidade, isto é, reproduz-se aqui uma perspectiva positivista na busca de uma especificidade disciplinar. Esse debate tem tudo a ver com a maneira como se entende o surgimento do Serviço Social; ao se assumir como uma profissão, entendemos que é possível contribuir com a teoria social (em uma perspectiva de totalidade) a partir da produção de conhecimento para desvelar a realidade social, sem ter necessidade de se pretender uma ciência ou disciplina.

• *Importância da pesquisa na formação profissional*: Em consonância com o anterior (assumindo-se como profissão que contribui com a teoria social para desvelar a realidade social, ou se assumindo – em nossa compreensão de maneira equivocada – como disciplina que tem um saber específico próprio), em diversas escolas e em muitos eventos, propôs-se a necessidade de incorporar a pesquisa como parte fundamental e transversal da formação profissional, o que está diretamente relacionado com a produção de conhecimento no Serviço Social. A pesquisa possibilita amadurecer muito nos debates na profissão, mas especialmente ao se conseguir uma melhor apreensão da realidade social também é possível um exercício profissional mais consciente, bem como mais consequente com as apostas ético-políticas. Porém, insistimos, não porque isto possibilite um *status teórico próprio*.

Cabe destacar que apesar da pesquisa já ter sido adotada nos currículos em vários países (em outros ainda se debate sua pertinência), são muitos os limitantes ainda a respeito. Nesse sentido se destacam principalmente os desenvolvimentos no Brasil e na Argentina, que estão em grande parte em correspondência com as melhores condições objetivas estruturais das universidades públicas, especialmente nos programas de pós-graduação em Serviço Social (ainda que diante de diversos limites por estarem enfrentando a contra-reforma neoliberal que afeta diretamente a educação pública); e, também, com a existência de editoras que publicam a produção profissional.

* Método-metodologia na profissão: É crescente na América Latina a proposta de retomar e assumir uma perspectiva de totalidade inspirada em Marx, assumindo uma diferenciação com respeito aos debates desde as perspectivas *endogenistas-epistemologistas* (Montaño. 1998), e do mesmo modo se diferenciando de uma concepção de método-metodologia inspirada na tradição positivista, que deu passo aos chamados *métodos de caso, grupo e comunidade* (e que ainda hoje está vigente em muitas universida-

des na América Latina); assim como buscar a integração em apenas um método, ou tentar criar um *método próprio* do Serviço Social. Esse é um debate que precisa ser ampliado, mesmo tendo se tornado explícito a partir da década de 1980. Nesse sentido, o acúmulo do debate no Brasil é uma referência fundamental, especialmente ao se pensar a relação teoria-prática não como uma identidade senão como uma unidade dialética.

• *Construção de um Serviço Social Crítico*: Molina (2009) propõe que o Serviço Social Crítico Latinoamericano é uma construção histórica, advertindo os riscos de que este seja visto como uma moda (como em seu momento passou com a Reconceitualização), e indica que o que permite uma verdadeira ruptura com o Serviço Social conservador é a abordagem teórico-metodológica a partir de uma perspectiva *histórico-ontológica* (totalidade); também reafirma que isto exige retomar a *crítica da economia política*, o *método crítico dialético* e o *projeto ético-político*. Cabe então perguntar se esta é a base para pensar um Serviço Social Crítico ou se é possível pensar um Serviço Social Crítico de outras perspectivas, como o apontam colegas profissionais em suas análises epistemológicas diversas, sejam por exemplo *construcionistas*, *genealógicas*, *pós-modernas*.

Esse é um debate que deve ser feito de maneira mais explícita, assumindo abertamente quais são os fundamentos do que se chama crítico. Para Montañó¹¹, pode-se ser crítico sem ser marxista, mas para ser crítico da sociedade capitalista é necessário entender e analisar as categorias exploração, mais-valia, luta de classes, capital, entre outras, que são centrais para qualquer análise nessa sociedade. O referido autor destaca que no debate profissional na América Latina encontramos aqueles que não se dizem marxistas e têm uma grande apropriação destas categorias; também estão aqueles que se auto-referem como sendo marxistas, mas que não têm dita apropriação. Montañó conclui que, para ser crítico do capitalismo, essas categorias não podem deixar de ser apropriadas, não porque são marxistas, mas porque são da realidade social objetiva; mesmo sendo insuficientes, são necessárias para o entendimento da realidade em sua totalidade.

Em conclusão, compartilhamos que na construção de um Serviço Social Crítico é necessário apreender uma perspectiva de totalidade inspirada

11 Em entrevista sem publicar, realizada em 2010 para a disciplina História do Serviço Social, ministrada pela professora Yolanda Guerra, no curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Rio de Janeiro.

em Marx, como resposta às correntes racionalistas formais, irracionalistas, e especialmente à *ofensiva pós-moderna*¹², o que implica em entendermos e analisarmos a profissão no meio das contradições da luta classes.

É evidente um avanço desses debates, no que tange à problematização da construção histórico-cultural do Serviço Social na América Latina, na busca da materialização da ruptura com o conservadorismo profissional e suas referências teórico-metodológicas, conseguindo a médio ou longo prazo, a hegemonia de um Serviço Social Crítico em um processo de renovação profissional.

Neste sentido, é fundamental a contribuição, enquanto referência, dos acúmulos logrados no Brasil, bem como de alguns setores profissionais na Argentina e na Costa Rica, os quais têm principalmente influência em suas respectivas regiões, *sul e centro-caribe*, ainda que não apenas nas referidas localidades. O caso da região andina é possivelmente o mais preocupante em termos de atualização dos debates; no entanto, na Colômbia (principalmente a partir do processo do coletivo *Trabajo Social Crítico*), vêm-se realizando diversas iniciativas e atividades que colocam esta perspectiva e problematizam certos consensos com respeito a: preponderância da intervenção com famílias, enfoque sistêmico, defesa da cidadania e da sociedade civil como uma *esfera* de responsabilidade *social* para enfrentar ou *mediar as problemáticas sociais*, a partir de uma ética liberal (explícita ou implicitamente) sem maior análise crítica do modo de produção, etc. No entanto ainda falta difundir, ampliar e aprofundar esta perspectiva do Serviço Social Crítico na região como um todo, sendo central fomentar o debate sobre a construção de um projeto ético-político profissional em cada país e a revisão da fundamentação teórico-metodológica.

No entanto, não se trata de um processo endógeno de debate interno profissional, é necessário que pensemos as possibilidades e limites do Serviço Social para contribuir com os processos de lutas de classes, especialmente em termos de organização para a demanda de melhores condições de vida, assim como em uma formação que potencialize uma maior consciência de classe; mas especialmente na construção de políticas sociais, não pretendendo uma suposta mediação de interesses, senão assumir os limites

12 Apresentamos uma aproximação a esse debate no artigo: “Hacia la superación del pensamiento burgués y la ofensiva posmoderna en Trabajo Social y las ciencias sociales”. Em: Revista Eleuthera. Volume 8. Manizales, Colômbia. 2013.

impostos à profissão, posto que está principalmente, a serviço do Estado burguês, tentar responder profissionalmente de acordo com as necessidades das classes trabalhadoras, contribuindo com os processos de garantia de seus direitos.

Os limites profissionais estão determinados pelo lugar que ocupa na divisão sociotécnica do trabalho, pela funcionalidade histórica de implementação de políticas sociais por parte do Estado (seja nas instituições públicas ou privadas) e pela condição de assalariamento, isto é, o profissional em Serviço Social também se submete ao seu empregador. Mas, existem diversas maneiras de não se limitar exclusivamente à orientação pretendida, de aproveitar os recursos do Estado para fortalecer processos para além da regulação ou controle social. É no exercício profissional que finalmente se materializa uma aposta ético-política, e aqui é fundamental a criatividade para tentar superar barreiras institucionais.

No entanto, isto implica em outras reflexões sobre o exercício profissional, sobre o que fazer e como fazer. E nesse sentido, é essencial defender as condições de trabalho e explicitar o que é e faz o Serviço Social enquanto coletivo profissional, para enfrentar a pressão institucional de realizar tarefas que não correspondem as suas atribuições ou iniciativas que vulnerarem ainda mais às classes trabalhadoras. Assim, é fundamental a organização profissional, não sendo suficiente respostas isoladas e individuais.

O Serviço Social tem um lugar privilegiado no entendimento das expressões da “questão social”, então pode, se assim o decide, brindar importantes contribuições para uma melhor análise da realidade social, e nesse sentido participar nos assuntos públicos, seja a partir do exercício profissional na elaboração de políticas sociais, ou como coletivo profissional nos debates sobre as mesmas. Mas é necessário ter uma base filosófico-política, teórico-metodológica, e organizativa.

A proposta de debater a construção de um projeto ético-político profissional aponta para a construção dessa base, que segundo as realidades socio-políticas nacionais, os acúmulos histórico-culturais próprios da profissão, possibilitem avançar no que temos denominado Serviço Social Crítico¹³.

13 Apresentamos uma aproximação a esse debate, no que tange à Colômbia, no artigo: “Posibilidades de un Trabajo Social Crítico en Colombia”. Em: Revista Prospectiva No. 18. Cali. 2013.

Nesse sentido, e para finalizar, propomos três eixos de reflexão sob a perspectiva de assumir como coletivo profissional nossa contribuição à luta de classes a partir de: i) a produção teórica; ii) o exercício profissional; e iii) a organização da categoria.

A produção teórica

Na produção teórica, sob uma perspectiva marxista, propõe-se uma aproximação a uma reprodução ideal da realidade, isto é, produzir teoria é o processo pelo qual conseguimos entender e explicar as múltiplas determinações da realidade. Ao dizer que se trata de uma reprodução ideal da realidade, implica-se assumir que a realidade existe em si, independente das nossas possibilidades de entendê-la e explicá-la.

Para isto, é fundamental a pesquisa social como parte da formação e do exercício profissional. Como explicitado acima, em alguns países da América Latina essa necessidade foi entendida há tempos, e como consequência, conseguiu-se que a pesquisa se tornasse parte do currículo de formação profissional; e em alguns desses, houve avanços com a abertura de programas de pós-graduação em mestrado e doutorado¹⁴.

A pesquisa nos possibilita apreender o movimento histórico a partir do qual se constituíram os processos que enfrentamos na contemporaneidade, e pode derivar em contribuição à teoria social, que pode ser apropriada por organizações e movimentos sociais e políticos, tanto para as análises do momento histórico, como para a projeção de suas táticas e estratégias de luta.

Mas, além disso, possibilita-nos uma intervenção diferenciada que não se limite a ver somente a aparência imediata dos fenômenos, mas que analise as múltiplas determinações que os constituem.

O exercício profissional

Existe uma grande diversidade na ação dos profissionais que trabalham em instituições do Estado, ONGs, assessorias e acompanhamentos

14 No entanto, os processos de contra-reforma da educação, como parte da ofensiva neoliberal, têm levado a supressão da pesquisa em alguns programas, e a suspensão da elaboração de monografias de conclusão de cursos. Além disso, em muitos países as condições estruturais das universidades não brindam garantias nem sequer para que professores desenvolvam pesquisas.

de movimentos sociais, observatórios e grupos de pesquisa, entre outros. Cada espaço socio-ocupacional tem suas particularidades e é a partir das mesmas que devemos refletir para pensar nas possibilidades e limites nos aportes às lutas sociais e de classes.

É necessário pensar o nosso exercício em todos os âmbitos da política social, desde sua elaboração, execução e avaliação, aportando insumos teórico-políticos e técnicos para conseguir cada vez mais uma maior participação das classes trabalhadoras e dos diversos setores sociais organizados.

Também precisamos compartilhar e intercambiar as experiências que acumulamos nas assessorias e acompanhamentos de processos organizativos e de formação em direitos, possibilitando um acúmulo coletivo que demonstre que dentro dos limites impostos pelas determinações políticas, econômicas, sociais e laborais, é possível uma autonomia relativa no exercício profissional. Para isto, a sistematização das experiências é chave.

O exercício profissional, apesar de seus limites, dada a condição de assalariamento da profissão e de que nossos empregadores são em geral instituições ou organizações que representam os interesses das classes dominantes, tem um grande potencial que passa necessariamente pela articulação coletiva e a organização da categoria profissional.

Organização da categoria profissional

Tanto as possibilidades para se avançar na produção de teoria social crítica, como o potencial de uma autonomia relativa no exercício profissional, têm na organização da categoria um importante catalizador.

Por um lado, trata-se de mobilizar debates no interior da profissão e de acumular coletivamente sobre a análise da realidade social e do Serviço Social, o que deve repercutir tanto nos projetos político-pedagógicos dos programas de formação de graduação e pós-graduação, como na construção de um projeto ético-político profissional e sua expressão normativa (código de ética), e também na contribuição pública aos debates sobre as realidades nacionais e as políticas sociais.

Por outro, precisamos construir instrumentos organizativos para a defesa dos nossos direitos enquanto trabalhadores, no que diz respeito ao exercício profissional, mas também às condições de trabalho. A organização da categoria é fundamental para impedir que os profissionais sofram atropel-

los, tanto em suas atribuições (que muitas vezes não correspondem ao perfil profissional), como em termos da exploração e da instabilidade trabalhista.

Por sua vez, esse reconhecimento da organização da categoria implica que nos assumamos como parte da classe trabalhadora. Portanto, entender que, como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, devemos não somente nos reconhecer como sujeitos externos que acompanham e assessoram organizações e movimentos sociais e políticos, mas também reconhecer que nós mesmos como categoria profissional precisamos nos organizar e lutar por nossas particularidades como profissão, e por políticas sociais que atuem na garantia de direitos econômicos, sociais e políticos, inclusive contribuir na luta política pela transformação social, deixando claro que para que isto se dê, a organização da categoria é insuficiente.

Certamente nossas possibilidades de contribuição à luta de classes não se reduzem a esses três eixos, mas os propomos como instigação para a reflexão coletiva; entendendo que os três são parte de uma unidade e que os estamos pensando na aposta por conseguir uma *práxis reflexiva e criativa* (Sánchez V. 2007), entendidas como a necessária unidade dialética de teoria e prática, na construção e materialização de um projeto ético-político profissional.

Referências Bibliográficas

ALAYÓN, Norberto (2005). Trabajo Social Latinoamericano, a 40 años de la Reconceptualización. Espacio. Buenos Aires.

ANDERSON, Perry (2003, 2ed.). “Neoliberalismo: un balance provisorio” em: La trama del neoliberalismo. CLACSO. Buenos Aires.

ANTUNES, Ricardo (2001). ¿Adiós al trabajo?. ed. Cortez. São Paulo.

BORGIANNI, Elisabete, GUERRA, Yolanda y MONTAÑO, Carlos (2003): Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. Ed. Cortez. São Paulo.

BORON, Atilio (2009). “Hegemonía e imperialismo en el sistema internacional” em: Coyuntura actual, Latinoamericana y Mundial. Ed. Cortez. São Paulo.

CELATS (1982): Trabajo Social en América Latina. Balance y Perspectivas. Andromeda S.A. Lima.

IAMAMOTTO, Marilda e De CARVALHO Raúl (1988). *Relações Sociais e Serviço Social*. Ed. Cortez – CELATS. São Paulo.

IASI, Mauro (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. Ed. Expressão popular. São Paulo.

____ (2009). “Classes sociais e a reestruturação produtiva do capital” em :*Novos Temas* vol 1. N. 1. Revista do Instituto Caio Prado Jr. São Paulo.

LUKÁCS, György (2003). *História e Consciência de Classe*. Ed. Martins Fontes. São Paulo.

MANDEL, Ernest (1982). *O capitalismo tardio*. Ed. Abril Cultural. São Paulo.

MANRIQUE, Manuel (2011). *História do Serviço Social na América Latina*. Ed. Cortez. São Paulo.

MARX, Karl (2012). *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. Ed. Expressão Popular. São Paulo.

____ (2008). *Ou Capital*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

____ (2007). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Ed. Expressão popular. São Paulo.

____ (1977). *Crítica al programa de Gotha*. Ed. Progreso. Moscú.

____ ENGELS, Friedrich (1977). *Manifesto do Partido Comunista*. Edições Sociais. São Paulo.

MOLINA, Lorena (2009): *Fundamentos teóricos- metodológicos en debate: de "la intención de ruptura" al Trabajo Social Crítico* (Conferência em áudio). Em: http://www.ts.ucr.ac.cr/bv/recursos_m.php

MONTAÑO, Carlos (1998). *La naturaleza del Servicio Social*. ed. Cortez. São Paulo.

____ e DURIGUETTO, Maria (2011). *Estado, Classe e Movimento Social*. Ed. Cortez. São Paulo.

NETTO, José Paulo (1997). *Capitalismo monopolista y Servicio Social*. Ed. Cortez. São Paulo.

____ (1989) “O Serviço Social e a tradição marxista” em: *Serviço Social e Sociedade* # 30. Ed. Cortez. São Paulo.

____ (1981). La crítica conservadora a la Reconceptualización en Acción Crítica Nº 9. Lima

PETRAS, James e VELTMEYER Henry (2009). “Entender el desarrollo mundial: Globalización o imperialismo”, em: Coyuntura actual, Latinoamericana y Mundial. Ed. Cortez. São Paulo.

QUIROJA, Consuelo (2000). Invasión positivista en el marxismo: el caso de la enseñanza de la metodología en el Servicio Social. Em: Metodología y servicio social. São Paulo Cortez.

SÁNCHEZ V. Adolfo (2007). Filosofia da práxis. Clacso-Ed Expressão popular. São Paulo.

* Juan Pablo S. Tapiro é graduado em Trabalho Social pela Universidad del Valle em Cali, Colômbia; mestre e doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (bolsista CNPq 2010-2011, FAPERJ 2011-2012, CAPES 2012-2014 e FAPERJ 2014-2016), onde participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM). Participou como palestrante e conferencista convidado em diversos eventos nacionais e internacionais de Serviço Social e outras áreas na Colômbia, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Peru. Membro do Coletivo Trabajo Social Crítico Colômbia desde 2007. É representante estudantil da Pós-Graduação na Associação Latinoamericana de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ALAEITS) 2012-2015. <juantapiro@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Andréa Teixeira
VICE-DIRETORA
Sheila Backx
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Montaña (ESS-UFRJ)
Fátima Grave (ESS-UFRJ)
Yolanda Guerra (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de
Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHESP-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: Marcelo Camargo/Abr